

## Que cidade queremos?

Roberto Andrés é mestre em arquitetura, professor da UFMG e participou da Conferência Municipal de Políticas Urbanas como delegado.

Terminou no dia 15 de agosto a Conferência Municipal de Políticas Urbanas, que teve a meta de revisar o Plano Diretor de Belo Horizonte a partir do debate entre representantes da sociedade, divididos entre 'populares', 'técnicos' e 'empresários'. Os encontros foram em oito sábados e resultaram em um esboço de projeto de alteração da Lei de Uso e Ocupação do Solo a ser enviado para a Câmara de Vereadores.

Poderia (e deveria) ser um evento de grande procura, qualidade e variedade de propostas, com discussões de alto nível em torno de uma pergunta fundamental: que cidade queremos? Todo um debate permeando os veículos de comunicação, transmitindo e recebendo, em um processo efetivamente 'democrático' de construção do lugar que vivemos - que altera, conforma e limita nossa existência. Como queremos nos locomover na cidade? Queremos uma cidade grande? Poluída? Limpa? Cinza? Verde? Com áreas de lazer? Com prédios? Com casas? Com casas e prédios? Com ruas de pedestres? Cheia de carros? Cheia de árvores? Com rios limpos? Com boulevares cobrindo esgotos? Organizada em micro-centros? Centralizada? Homogênea? Com espaço para as diferenças?

Estas perguntas interessam a todos os cidadãos (aqueles que residem na cidade e exercem cidadania) e deveriam estar no centro da pauta da conferência, com grande alcance, liberdade e qualidade nas discussões.

Não foi bem assim. Já o processo de eleição dos representantes do corpo técnico foi nebuloso, com um membro da mesa descendo para liderar a construção de uma chapa - como se o juiz repentinamente decidisse jogar por um dos times. Na preparação para a conferência, uma surpresa: dos sete grupos temáticos, nenhum tratava de mobilidade urbana. Questão-chave das cidades no século 21 (os meios de locomoção, suas interferências na dinâmica urbana, a qualidade de vida que oferecem aos cidadãos, a poluição que emitem) a mobilidade foi sumariamente ignorada pela organização da Conferência.

Dentro dos grupos, as discussões foram estruturadas a partir de propostas já formatadas pela Prefeitura. Eram lidas, discutidas, e, por vezes alteradas para apresentação à plenária. As propostas trazidas pelos representantes foram permitidas, mas tiveram pouco espaço de discussão. Na plenária, as propostas eram votadas em bloco, não se permitindo alterações. Votava-se contra uma proposta por se discordar de somente um dos seus vários tópicos. Esta estrutura de funcionamento só se revelou ao longo do processo, não estando clara nem para os técnicos da Prefeitura que coordenavam os grupos.

Cabe repensar a idéia de 'democracia' que revestiu esta Conferência. Será que há democracia efetiva na construção 'participativa' de uma lei que já vem mastigada, que se divulga pouco na sociedade, contando com uma

participação restrita, que é votada em um processo pouco esclarecido e que será filtrada por técnicos da Prefeitura e por Vereadores para se tornar, finalmente, Lei? Será que já não passou da hora de pararmos de brincar de democracia, e efetivamente começar a construí-la?

Ou seja: criar uma ampla discussão, utilizando da TV, da Internet, dos Jornais e dos Rádios, para que a sociedade se articule em torno do tema. Receber, durante meses, propostas das mais diversas, vindas de qualquer cidadão, para que elas estruturam a discussão. Pensar a sociedade além dos 'populares', 'técnicos' e 'empresários'. Criar mecanismos de debate abertos e sistemas de votação online. Tirar dos vereadores o poder quase divino de decidir sobre algo que já foi decidido pelos próprios cidadãos.

Eis aí um esboço de projeto democrático, que deveria começar a ser levado a sério. Afinal, a função do governo não é dar à sociedade a condição de decidir sobre o seu dever? Não está aí a base da idéia de democracia? Enquanto estas obviedades continuam tão distantes da nossa cultura política, a cidade vai se transformando ao sabor dos ventos (e dos votos) mais esdrúxulos, atendendo a interesses privados de construtores afoitos por empilhar tijolos e moedas.